

Orcamento Lei Orçamentária pronta para votação na comissão

Estão prontos, aguardando votação na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, os substitutivos aos projetos de lei que estabelecem diretrizes para a lei orçamentária (LDO) do próximo ano e a revisão das prioridades do governo Collor (Plano Plurianual). De autoria dos senadores Márcio Lacerda (PMDB-MT) e Dário Pereira (PFL-RN), respectivamente, os substitutivos começam a ser discutidos e há necessidade, conforme determina a Constituição, de que a LDO seja aprovada antes do início do recesso parlamentar de julho.

Cumprindo o prazo regimental, o senador Márcio Lacerda apresentou substitutivo ao projeto encaminhado pelo Poder Executivo. Em sua proposta, a principal novidade é a limitação do emprego de verbas em projetos novos em 25 por cento do total destinado a cada setor. Márcio Lacerda adverte, porém, que o

processo orçamentário vem se tornando, cada vez mais, um exercício de ficção. E justifica: “Define um montante que não é real, pois metade do orçamento fiscal é rolagem da dívida interna; um terço são transferências para outras esferas de Governo; e outro terço está comprometido com os inativos e pensionistas”.

Márcio Lacerda não deixa de reconhecer a importância da LDO, mas destaca que, no atual contexto, a potencialidade desse instrumento fica neutralizada pelo modelo exaurido de gestão da nação brasileira. “O Brasil investiu muito pouco nos últimos anos, a infra-estrutura se deteriorou por falta de manutenção e cresceu muito o comprometimento com os juros e encargos da dívida externa”, explica.

Outro agravante, segundo Lacerda, é que, do lado das receitas, a situação não é diferente. A carga tributária é duplamente pesada.